

Lula deve voltar a MT em abril, para lançar e entregar obras em Cuiabá

PÁG. 3

Gilberto Leite

Produção cai e preço do arroz deve subir

A produção de arroz deve cair 8,4% em 2023, o que traz potencial para aumentar preços pagos aos produtores e também nas gôndolas dos supermercados. A informação consta no boletim de safra elaborado pela Conab. A produção para esta safra está estimada em 9,9 milhões de toneladas (t). Já a produção em 2022 foi de 10,7 milhões de toneladas do cereal. Na comparação com anos anteriores, é possível notar que a produção de arroz vem diminuindo ao longo do tempo, com as lavouras de arroz cedendo lugar para os milharais. Em 2017, por exemplo, a produção de arroz foi de 12,3 milhões de t. Sendo assim, houve uma queda de 20% na produção desde 2017

PÁG. 7



MT terá tolerância zero a invasões

O governador Mauro Mendes (União) disse que o governo terá tolerância zero para invasões de terras que possam ser praticadas em Mato Grosso. O compromisso foi feito

durante uma reunião que aconteceu no Palácio Paiaguás, com representantes do setor produtivo, que demonstraram preocupação com o aumento de invasões a proprieda-

des rurais ocorridas nos últimos dias no país. Mauro determinou ao secretário de Segurança Pública, coronel César Augusto Roveri, que estabeleça ações que possam coibir a práti-

ca para defender a integridade e a vida das pessoas. O governador também busca parceria com o Ministério Público Estadual e com o Poder Judiciário

PÁG. 3

AL reduzirá 'teto' de gastos em eventos

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), comunicou ao governador Mauro Mendes (União) que os deputados vão alterar o valor estipulado no projeto de lei que cria limite para o uso de emendas parlamentares e de recursos do próprio governo na realização de

eventos culturais e shows. A proposta foi elaborada pelo governador no ano passado diante da polêmica sobre os gastos públicos com shows seretanejos, estipulando um limite de R\$ 200 mil para os gastos públicos com shows, seja de emenda ou recursos do Estado

PÁG. 5

Gilberto Leite

Agro quer apoio para armazenagem

O presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Fernando Cadore, disse esperar que o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que também

é senador por Mato Grosso, não caia em "armadilhas ambientais, falácias e ideologias internacionais" à frente do cargo. Cadore avalia que o Brasil corre risco de ter o próprio

governo federal falando mal do que o país tem de melhor, o agronegócio, que é extremamente competitivo e garante superávit positivo na balança comercial brasileira. Cadore

disse esperar também que o conhecimento de Fávaro, que já foi presidente da Aprosoja, se reverta em ações em prol do setor

PÁG. 8

Empresa poderá cobrar até R\$ 100 de ingresso no Parque de Chapada

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Vencedora do leilão de concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, a empresa Parques Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura poderá cobrar até R\$ 100 por turista que quiser acessar os atrativos turísticos. O valor poderá ser cobrado até de crianças, a partir de 7 anos. A informação consta na minuta do contrato de concessão, disponível no site do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. O governo do Estado tenta reverter o leilão, com ações tanto na esfera judicial quanto na política

PÁG. 6



MT entra em estado de emergência ambiental

A ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Marina Silva, declarou estado de emergência ambiental em Mato Grosso e outros estados brasileiros, devido ao risco de queimadas. O estado de emergência em Mato Grosso entra em vigor em abril deste ano e se estenderá até novembro de 2023. A medida tem como fun-

damento o art. 2º, inciso IX, da lei 8.745/1993, que estabelece necessidade temporária de excepcional interesse público o "combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministério de Estado do Meio Ambiente, de existência de emergência na região específica"

PÁG. 6

EDITORIAL

‘Custo Brasil’

O dinheiro anda curto para os brasileiros, mas os cofres públicos vão muito bem, obrigado. Levantamento realizado pelo Tesouro Nacional aponta que a carga tributária no país cresceu para 33,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, o maior patamar em pelo menos 12 anos. O aumento superior a dois pontos percentuais foi impulsionado pela reversão dos incentivos fiscais concedidos durante o auge da pandemia de covid-19, para evitar a quebra de empresas generalizada dos brasileiros.

O governo federal foi quem mais ‘lucrou’ com o aumento

dos tributos em 2021. Conforme os dados do Tesouro Nacional, houve crescimento de 1,53 ponto percentual (para 22,48% do PIB) na tributação federal, crescimento quase três vezes maior que a carga dos tributos estaduais, que subiu 0,55 pontos percentuais (para 9,09% do PIB). Os dados do Tesouro apontam que o melhor resultado do governo federal se deve ao retorno da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que havia sido zerado em 2020, além do aumento nas receitas com Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social

sobre Lucro Líquido (CSLL), indicando um melhor resultado das empresas.

O relatório do Tesouro mostra ainda que o peso da carga tributária no Brasil é, historicamente, muito superior à carga tributária média da América Latina, que atingiu 22,95% do PIB em 2019. Se fosse para comparar, a carga tributária no Brasil é equivalente à de países europeus, como a Alemanha. Acontece que, no quesito retorno ao contribuinte, os alemães dão um novo 7 a 1 nos brasileiros, prestando serviços públicos de qualidade, garantindo à sua população saúde, segurança, educação, previdência social, boas estradas, reembolso de medicamentos, auxílio moradia, entre outros benefícios.

O brasileiro, em geral, não é contra o pagamento de impostos, pois entende a importância de custear a máquina pública. O que causa angústia e revolta é o fato de que seus impostos são muito mal aplicados.

O aumento na arrecadação deu uma folga ao governo federal, que até ensaiou um movimento de redução de impostos – bastante oportuno em ano eleitoral, diga-se de passagem –, mas não aprofundou esse movimento nem garantiu um equilíbrio fiscal do país para longo prazo. O que se vê, na prática, é o Centrão avançando com voracidade sobre o Orçamento federal, uma ameaça difícil de mensurar à saúde fiscal do país.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Enquanto isso, o trabalhador brasileiro continua trabalhando quase 4 meses do ano para custear a enorme carga tributária, além de dedicar outros quatro meses de suor para o pagamento de serviços essenciais que o Poder Público deveria prestar, mas que só são garantidos pela iniciativa privada. Os filhos do Brasil seguem carregando pedras feito penitentes.

Empreendedorismo feminino

Kátia Arruda (*)

Gosto muito de uma frase atribuída à estilista e empresária francesa Gabrielle Bonheur - "Coco" Chanel – que diz assim: “A minha vida não me agradava, então eu criei a minha vida”. Milhões de mulheres brasileiras vêm seguindo esta máxima mesmo sem saber e investindo no empreendedorismo, um movimento que ganha cada vez mais força no Brasil e no mundo.

Uma pesquisa realizada pela Serasa Experian divulgada em novembro do ano passado, no mês do Empreendedorismo Feminino, mostrou que o cenário é realmente impactante e favorável para nós: das 20,6 milhões de empresas ativas no país, 8,4 milhões (ou 40,5%) têm mulheres como donas ou sócias majoritárias.

Sou uma delas e me orgulho da minha trajetória que, apesar de curta em tempo, faz apenas três anos que encontrei o caminho do empreendedorismo, tudo que estou vivendo tem muita intensidade. Isso se deve à minha missão que não se limita a me tornar uma “mulher potência”, mas, sobretudo, levar centenas ou milhares de mulheres junto comigo.

Sim, “nós podemos”, como disse o ex-presidente do Estados Unidos Barack Obama, que tem uma esposa igualmente extraordinária, Michelle, que dizia que “não há limite para

o que nós, mulheres, podemos alcançar”. Devemos sim estar no palco da vida, desenvolvendo projetos grandiosos, contribuindo com a economia e a sociedade. O nosso lugar é onde nós queremos estar!

Antes enxergava a minha demissão de um ótimo trabalho no serviço público, onde atuei por 12 anos, como um desafio, hoje, vejo como uma bênção. Porém, ter mais de 50 anos não é fácil para as mulheres, pois, mesmo quando temos um currículo qualificado e somos competentes não conseguimos recolocação no mercado. Dessa situação que experimentei e que me entristeceu inicialmente, pude fazer como uma fênix: renascer.

Intensifiquei o ritmo de estudos, e é preciso humildade para olhar para dentro e admitir que não sabemos tudo e que precisamos aprender mais, principalmente sobre nós mesmas. A nova jornada me tornou palestrante, mentora de mulheres, escritora e recentemente empreendedora do Encontro de Mulheres de Negócios, que chegou à sua 6ª edição no início de março reunindo mais de 100 mulheres em Cuiabá. No total, mais de 400 mulheres já foram impactadas positivamente!

Além disso, desenvolvi um projeto que é inovador em Mato Grosso, o Clube de Mulheres Potência, que busca oferecer uma “rede de apoio” às empreendedoras de todo

Estado com ferramentas para que possam fazer o negócio dar certo. Essa “rede” leva informações para que elas possam se sair bem nos próprios negócios e na vida.

Nossos encontros têm momentos de palestras, rodada de negócios, exposição de produtos e networking. O lema “mulher que levanta mulher” se tornou algo muito prático entre nós, que compramos e divulgamos os produtos e serviços umas das outras, pois acreditamos que “juntas somos mais fortes”!

Nosso otimismo não significa ter uma visão romântica do contexto em que vivemos. Porque infelizmente as mulheres estão despontando como empreendedoras por motivos que sinceramente não deveriam. Em geral, porque somos demitidas (como foi comigo) e não encontramos lugar para recolocação profissional, isso é muito comum após os 40 anos e se acentua aos 60 anos, e o mesmo não acontece com os homens.

Também pode acontecer em decorrência de não nos sentirmos valorizadas e ganharmos menos que nossos pares homens, o que é duplamente ruim já que a maioria dos lares brasileiros é chefiado por mulheres; ou ainda pode acontecer uma demissão ao fim da licença-maternidade ou mesmo a não contratação por estarmos na fase mais vulnerável das nossas vidas, que é a maternidade.

Como assim as mães não conseguem trabalhar ou ganham menos?

Ao invés de sentar e chorar nós estamos, mais uma vez, nos reinventando. As mulheres têm essa capacidade incrível, pelas próprias habilidades desenvolvidas ao longo da ancestralidade feminina, de se transformar, como dizia o poeta Manoel de Barros, “quem anda no trilho é trem de ferro, sou água que corre entre pedras: liberdade caça jeito”. Estamos caçando um jeito de viver bem e de fazer bons negócios.

Para tanto, estamos dispostas a aprender sobre áreas importantes como gestão, finanças, empreendedorismo, comunicação e imagem e marketing digital, além de desenvolver uma irmandade para oferecer apoio emocional umas às outras. Tudo isso porque a força-motriz do empreendedorismo feminino é o amor, que primeiro nos transforma, depois transforma as nossas famílias e, por fim, a própria sociedade.

KÁTIA ARRUDA é palestrante, escritora e mentora de mulheres, Administradora, Mestre em Gestão de Pessoas, especialista em Comportamento Humano nas Organizações e Especialista em Direito Administrativo e Gestão da Qualidade.



Pelas mãos delas

Max Russi (*)

O ano é 2050, mas poderia ser antes ou depois. A luta por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres chegou ao ponto em que grandes avanços foram feitos e cabe a cada gênero escolher o que quer fazer e ser aceito e remunerado nas mesmas condições. Esse ensaio utópico que não surgiu de fontes elaboradas ou estudos científicos só tem um objetivo: mostrar o quanto estamos longe do significado da data de 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Nascido de um movimento exposto ao mundo após o incêndio que atingiu a fábrica de roupas Triangle Shirtwaist, em Nova York, no qual 123 mulheres perderam suas vidas pela medida arbitrária de trancarem as portas da fábrica durante as jornadas de 16 horas diárias ou mais, em

condições insalubres e com baixíssima remuneração, foi o primeiro ato organizado que lutou por melhores condições laborais femininas. Um século depois ainda temos a realidade de mulheres, mesmo ocupando os mesmos cargos e realizando tarefas iguais as dos homens, chegam a ganhar até 34% menos que eles.

De volta à atualidade, cabe ao parlamentar olhar todo o contexto histórico e social em busca de medidas que visem mitigar os danos do passado em busca de um futuro mais igualitário e justo. Sim, lembrando de um artigo recente que escrevi, Justiça Social passa por essa equalização de oportunidades, promoção de nichos que estão em desvantagem perante outros e, acima de tudo, buscar uma vida melhor para todos, independentemente de gênero.

Ano passado, por meio de emenda parlamentar que destinei, foi realizado

em sete municípios de Mato Grosso o programa Pelas Mãos Delas. Mais de setecentas mulheres entraram numa verdadeira imersão de qualificação profissional com a esperança de um novo horizonte diante delas. Muitas vezes, tudo que uma família precisa para sair da situação de pobreza extrema é de uma mão amiga e uma oportunidade de se levantar através do próprio esforço, tendo as ferramentas para construir seu sustento. Acredito verdadeiramente nisso.

Vivemos um momento ímpar em Mato Grosso, contas em dia, investimentos em infraestrutura crescendo muito e, em decorrência, muitas obras e postos de trabalhos sendo criados. Contudo, a oferta para o preenchimento dessas vagas não está acompanhando o mesmo ritmo pujante da modernização do Estado. De toda crise sempre surgem oportuni-

dades e, agora, é a hora delas, sim, das mulheres. Estamos preparando a indicação de um programa de formação destinado à qualificação e formação técnica e funcional em diversas áreas.

A ideia é mapear as especialidades, regiões e necessidades de formação, trabalhar fortemente para que as mato-grossenses façam parte desse desenvolvimento e colham os frutos financeiros proporcionados pelo trabalho digno. Quando digo que tudo passa pelo social, estou me referindo às diversas formas e estratégias de fazer o que mais importa: melhorar a qualidade de vida das pessoas.

* MAX RUSSI é Deputado Estadual



Telefônicas: Respeitem o Rondon

Diego Guimarães (*)

Em 1907, início do século passado, um mato-grossense foi designado para a missão de integrar o Brasil à Amazônia. Seu nome: Cândido Mariano da Silva Rondon. Pantaneiro de Mimoso, distrito do município de Santo Antônio de Leverger, esse “mimoseano levergense” deixou seu nome e seu legado gravados na história do Brasil, sendo lembrado e admirado em várias partes do mundo.

A chamada Comissão Rondon desbravou uma região quase inalcançável do Brasil, ins-

talando uma rede de linhas telegráficas que nos tirou do completo isolamento, realidade da época. Por esse feito, o Marechal Rondon é considerado o Patrono das Comunicações, e no dia do seu nascimento, 5 de maio, é também comemorado o Dia das Comunicações no Brasil.

Hoje, 115 anos depois, podemos concluir que a realidade das comunicações no nosso Estado, especialmente na região amazônica, é bem diferente.

Será mesmo? Estamos em 2023, mais precisamente no final de fevereiro, início de março. Tempo

das amedrontadoras chuvas amazônicas. Estradas derretidas, intrafegáveis no extremo norte de Mato Grosso, ironicamente a mesma região outrora integrada por Rondon. Recebo alguns áudios de caminhoneiros atolados na lama que virou a antiga BR-174, recentemente estadualizada e renomeada MT-170.

Em um dos áudios, o desespero de um caminhoneiro que fala: “agora que voltou a internet aqui”, enquanto relatava a situação caótica em que vários caminhões estavam ilhados, quebrados, tentando pedir ajuda, literalmente esquecidos no meio da Amazônia.

Esse trecho poderia até passar despercebido já que, infelizmente, a realidade dos serviços de telecomunicações no nosso estado é tão lastimável quanto o resultado das piores chuvas nas estradas. Parece que simplesmente aceitamos que não somos “comercialmente interessantes”, a ponto de pagarmos por um serviço de extrema necessidade e não podermos exigir qualidade. Chega.

As empresas de telefonia no Brasil, todas organizadas como poderosas corporações multinacionais, têm seus contratos regulados e fiscalizados pela Anatel, que definem cobertura, padrões no serviço, atendimento ao consumidor entre outros quesitos. Mas parece que não valem para Mato Grosso, especialmente nas regiões próximas às que Rondon integrou. Isso precisa mudar. E vai.

Eu que viajo bastante pelo estado, sinto na pele os efeitos da má qualidade do serviço e me compadeço com a dificuldade que as pessoas enfrentam no dia-a-dia. Desde uma simples ligação para um filho, uma mãe. Para chamar a Polícia ou um serviço de resgate até aqueles que usam o serviço para trabalhar, para produzir.

É preciso chamar a sociedade civil organizada, as instituições de proteção ao consumidor, para solucionarmos juntos esse problema. Conscientizar o cidadão a agir, sair desse estado letárgico de aceitação passiva de algo que é dele por direito. O serviço de telefonia, além de regulado, é pago.

Experimente atrasar 1 dia o pagamento da conta: juros, multa, interrupção do serviço, enfim, entregam um “pacote” de punições. Por outro lado, a falta do sinal, os apagões não geram qualquer punição imediata para as operadoras.

E a CPI da Telefonia não é só para punir ou multar essas empresas. É para EXIGIR a qualidade que o cidadão consumidor merece e paga caro por ela. O objetivo é, no menor espaço de tempo possível, aumentar a cobertura, a qualidade e a estabilidade do sinal de telefonia e internet em todo o estado de Mato Grosso.

Vamos percorrer o estado levantando informações, avaliando os serviços, conscientizando o cidadão, orientando sobre como exigir seu direito. Somente unidos em torno dessa causa, conseguiremos mudar a realidade das telecomunicações em Mato Grosso. Fazendo funcionar a telefonia e a internet estaremos entregando à nossa população o direito de ir e vir, de se comunicar, de se relacionar, de empreender e de produzir. E, porque não, de honrar e respeitar o legado de Rondon.

DIEGO GUIMARÃES é Deputado Estadual de Mato Grosso.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

NOVA VISITA

Lideranças da esquerda tentam trazer o presidente na semana do aniversário de Cuiabá, para cumprir uma agenda de inaugurações e lançamentos

Lula deve retornar a MT em abril



Da redação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve retornar a Mato Grosso no próximo mês para participar de lançamentos de projetos e entregas de obras que têm recursos do governo federal. A informação é do presidente do PT em Mato Grosso, deputado Valdir Barranco.

Lideranças da esquerda tentam trazer o presidente na semana do aniversário de Cuiabá para cumprir uma extensa agenda na capital ao lado do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). O próprio prefeito já havia anunciado a articulação para trazer o presidente no mês de abril.

Além de Cuiabá, Lula deve estender a agenda

a São Félix do Araguaia, de onde deve embarcar para uma visita ao Parque Indígena do Xingu.

O presidente esteve em Mato Grosso na última semana, para participar da entrega de 1,4 mil casas do residencial Celina Bezerra, em Rondonópolis.

“Estamos acordando uma agenda, tem muitas inaugurações. Ele pediu desculpa por não ter incluído Cuiabá nesta vinda a Rondonópolis, por um compromisso que já tinha em São Paulo, mas ficou esse compromisso de fazer Cuiabá e, de repente, também uma agenda no Xingu, que é uma dívida que tem com os povos indígenas do Xingu”, disse.

“A proposta é essa que seja na semana do aniversário de Cuiabá, para lançar obras para todo o estado, lançar obras na capital e inaugurar algumas obras que a Prefeitura [de Cuiabá] já está apresentando para ele, obras finalizadas com a participação de recursos do Governo Federal, recur-



Além de Cuiabá, Lula deve estender a agenda ao Parque Indígena do Xingu, uma promessa da época de campanha

sos de emendas”, complementou.

Na última semana, Emanuel e a primeira-dama da capital, Márcia Pinheiro (PV) estiveram com o presidente para discutir al-

gumas pautas da capital e apresentar programas sociais que foram implementados em Cuiabá. Vice-líder de Lula na Câmara, o deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB), o Emanuelzi-

nho, também participou do encontro.

Segundo Barranco, o presidente se interessou pela ação “Prato Cheio”, que credencia restaurantes para oferta de refeições adequa-

das à população de baixa renda, cadastradas junto ao Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal a baixo custo.

“Ele ficou muito tocado pelo programa Prato Cheio e quer incluí-lo no Ministério de Desenvolvimento Social para o combate à fome”, ressaltou.

PARTICIPAÇÃO VIRTUAL - Barranco ainda comentou que nas próximas semanas deve acontecer o lançamento nacional das ‘salas dos prefeitos’, que serão instaladas nas sedes da Caixa Econômica em todos os estados, para atender os gestores. A medida busca facilitar o atendimento aos gestores ao lidar com convênios e projetos do Governo Federal.

“Estamos definindo a data. O ato vai acontecer simultaneamente em todas as Caixas Econômicas sedes das capitais, com o presidente Lula na sede da Caixa Econômica em Brasília, para o lançamento desse espaço tão importante que perdemos nos últimos anos”, disse.

EFEITO MST

Mato Grosso terá tolerância zero a invasões

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) disse que o governo terá tolerância zero para invasões de terras que possam ser praticadas em Mato Grosso. O compromisso foi feito durante uma reunião que aconteceu no Palácio Paiaguás, na quinta-feira, 9 de março, com representantes do setor produtivo, que demonstraram preocupação com o aumento de invasões a propriedades rurais ocorridas nos últimos dias no país.

Mauro determinou ao secretário de Segurança Pública, coronel César Augusto Roveri, que estabeleça ações que possam coibir a prática para defender a integridade e a vida das pessoas.

“Quero dizer a todos os mato-grossenses que o governo do Estado de Mato Grosso terá tolerância zero com qualquer tipo de atividade de

invasão e com qualquer tipo de atividade criminosa. Peço a todos que não ousem aqui no nosso estado porque a tolerância será zero”, destacou em vídeo compartilhado nas redes sociais onde aparece ao lado do secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, secretário de Segurança e produtores do Estado. Veja o vídeo abaixo

O governador comentou que o Estado vai procurar fazer um trabalho em conjunto com o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e com o Poder Judiciário para defender o direito de propriedade contra qualquer tipo de invasão.

“Nós iremos defender todos aqueles que trabalham que produzem e defendemos o livre direito de reivindicar de fazer as suas justas reivindicações, porém sem transgredir a lei e a propriedade daqueles que o têm”, ressaltou.

Ele ainda pediu aos produtores que denunciem aos seus sindicatos qualquer tipo de invasão e que procurem a polícia para que as medidas necessárias possam ser adotadas.

“Peço a todos que procure os canais oficiais fale com o seu Sindicato, falei com suas entidades, fale com a polícia e nós todos juntos vamos construir em Mato Grosso um território livre, que as pessoas possam trabalhar produzir e ter direito a desempenhar a sua atividade sem praticar nenhum tipo de crime e muito menos de invasão”, disse.

Na quinta-feira, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ressaltou que o Governo Federal é contrário à invasão de terras produtivas. A fala foi feita durante uma exposição rural no Rio Grande do Sul.

Fávaro lembrou da prisão de um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em São Paulo, após a invasão e destacou que quem repetir o fato será punido com os rigores das leis.

“Em hipótese alguma nós vamos compactuar com invasão de terra produtiva, em hipótese alguma isso será admitido. Essa mensagem é também do presidente Lula. Se nós repudiamos os atos de 8 de janeiro,

na invasão do Congresso Nacional, temos que repudiar também os atos de invasão de terra produtiva. Não é assim que se constroem uma nação soberana, que cumpre as leis e respeita o direito individual”, frisou.



Mauro tratou de tranquilizar o setor produtivo, afirmando que irá atuar com mão de ferro contra invasões de terra

INTERVENÇÃO NA SAÚDE

Prefeitura estuda recurso contra decisão do TJ

Da redação

A Procuradoria-Geral de Cuiabá já estuda recorrer da decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que, por maioria, aprovou o pedido de intervenção na Secretaria de Saúde da capital. O julgamento foi realizado nesta quinta-feira, 9 de março.

Em nota, a Prefeitura ressaltou que vai cumprir a decisão e fundamentou o levantamento de informações para apresentar recurso no fato de a sentença não ter sido unânime.

“A intervenção no âmbito da saúde pública não se trata de decisão unânime e, sim, por maioria e será cumprida atendendo a determinação judicial. A Procuradoria Geral do Município (PGM) avalia recorrer da medida”, diz trecho da publicação.

O colegiado do TJ concluiu nesta quinta o julgamento do pedido do Ministério Público, que começou na semana retrasada, para que o Estado faça uma intervenção administrativa na Saúde de Cuiabá devido a diversas irregularidades e descumprimento de decisões judiciais.

O relator do processo, desembargador Orlando Perri, votou pela intervenção no prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado. O entendimento foi acompanhado por oito desembargadores, são eles: Carlos Alberto Alves da Rocha, Clarice Claudino, Guiomar Teodoro Borges, Márcio Vidal, Maria Erotides, Paulo da Cunha, Rui Ramos e Serly Marcondes Alves.

Os desembargadores Antônia Siqueira Gonçalves, João Ferreira Filho, Juvenal Pereira e Rubens de Oliveira apresentaram voto de divergência, ou seja, contra o processo interventivo.

PRESSÃO EXTERNA - O desembargador Rubens de Oliveira, que havia pedido vista na semana retrasada, começou a sessão fazendo a leitura do seu voto. Ele lembrou que a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou o primeiro processo interventivo também anula os levantamentos feitos pela equipe interventora que, segundo ele, não poderiam subsidiar o processo do Ministério Público.

Rubens relembrou que alguns apontamentos contidos na denúncia apresentada pelo

Sindicato dos Médicos já foram supridos pelo Município, como a realização de concurso público para provimentos de cargos na Secretaria de Saúde e realização de processo seletivo para contratação de temporários para atender a demanda do setor.

O desembargador ainda comentou que há “junção de interesses” na reunião de provas para que aconteça a intervenção. Ele também criticou pressão que os magistrados sofreram nos últimos dias, de pessoas que exercem mandatos e ocupam cargos públicos, para

influenciar o resultado do processo.

VEJA A NOTA NA ÍNTEGRA:

A Prefeitura de Cuiabá, quanto à decisão por maioria do órgão especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), na tarde de quinta-feira (9), esclarece:

- A intervenção no âmbito da saúde pública não se trata de decisão unânime e, sim, por maioria e será cumprida atendendo a determinação judicial.

-A Procuradoria-Geral do Município (PGM) avalia recorrer da medida.

MARTELO BATIDO

Ministro Ricardo Lewandowski muda de entendimento e rejeita recurso de ex-prefeito de Chapada, que tentava descongelar votos que obteve em 2022

TSE garante vaga de Juca na AL

Gilberto Leite



Da redação

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, mudou seu entendimento e negou dar seguimento ao recurso do ex-prefeito de Chapada dos Guimarães, Gilberto Mello (PL), que tentava descongelar os votos que recebeu nas eleições do ano passado, quando disputou a deputado estadual.

No ano passado, Lewandowski havia se posicionado favorável ao recurso, mas o julgamento não chegou a ser concluído devido a um pedido de vista.

A nova decisão beneficia Juca do Guara-

aná (MDB), que estava na "corda bamba". Isso porque, caso os votos fossem descongelados, ele poderia perder sua cadeira na Assembleia Legislativa, já que conquistou a 24ª vaga devido ao quociente eleitoral.

Na decisão, o ministro relata que Gilberto Mello teve as contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como irregulares devido à falta de prestação de contas de recurso federal, no período em que foi prefeito de Chapada, sendo condenado ao pagamento de R\$ 61 mil e multa de R\$ 10 mil.

Ele ainda conta que Gilberto se manteve "inerte" ao não apresentar o documento na fase de reconsideração contra o acórdão condenatório, "apresentando, na ocasião, documentação insuficiente para demonstrar o fluxo dos recursos públicos recebidos".

O ministro ainda destacou um trecho anotado pelo TCU em que relata

que Mello pretendeu atribuir a culpa pela irregularidade ao seu sucessor na prefeitura.

"O quadro fático que motivou a reprovação da contabilidade, portanto, põe em evidência o elemento subjetivo indispensável à configuração da hipótese de inelegibilidade tipificada no art. 1º, I, g, da LC 64/1990, pois o candidato, de modo livre e consciente, agiu para não apresentar as contas relativas à avença celebrada pelo Município com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)", diz trecho da decisão proferida no último dia 3.

"Vale enfatizar, por sumamente importante, que esta Corte Eleitoral, ao defrontar-se com caso similar, também relativo às Eleições 2022, advertiu que a "rejeição do ajuste contábil em tomada de contas especial, diante da omissão do dever de prestar contas, com a imputação de débito e multa [...] reve-



Com novo entendimento do TSE, Juca do Guaraná tem sua vaga assegurada na Assembleia Legislativa

la conduta consciente e direcionada do gestor", acrescentou.

Lewandowski destacou que o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) acertou ao reconhe-

cer a inelegibilidade do ex-prefeito durante o julgamento do seu processo de registro de candidatura.

"Ante o exposto, e com fundamento no art. 36, § 6º, do RIT-

SE, nego seguimento ao recurso ordinário, mantendo o indeferimento do registro de candidatura de Gilberto Schwarz de Mello ao cargo de Deputado Estadual", decidiu.

SEM SINAL

Assembleia define membros da CPI da Telefonia

Da redação

Os blocos parlamentares definiram os nomes que vão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar os serviços de telefonia celular em Mato Grosso. A edição do Diário Oficial da Assembleia Legislativa que circulou na terça-feira, 7 de março, traz a lista dos membros titulares e suplentes.

Por ter apresentado o pedido de abertura da CPI, o deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos) vai presidir as investigações.

Na lista de membros titulares estão os deputados Dr. Eugênio (PSB), Carlos Avallone (PSDB), Juca do Gua-

raná (MDB) e Faissal Calil (Cidadania).

Na suplência ficaram Wilson Santos (PSD), Fabinho Tardin (PSB), Beto Dois a Um (PSB), Thiago Silva (MDB) e Cláudio Ferreira (PTB).

A CPI foi criada com objetivo de investigar as prestadoras de serviço de telefonia móvel com relação às elevadas tarifas cobradas, denúncias de má qualidade na prestação dos serviços, intermitência do sinal disponibilizado e ausência de serviço em cidades, distritos ou outros logradouros com considerável densidade populacional dentro do Estado.

Segundo Diego Guimarães, há muitos municípios do Estado que

estão com o desenvolvimento emperrado por conta do péssimo sinal ou pela ausência das antenas das operadoras de celular.

Ele comentou que as empresas de telefonia têm, contratualmente, a obrigação de cumprir metas de investimentos e de pontos

de acesso e reprodução de sinal, no entanto, essas aplicações não estão sendo reproduzidas no Estado, principalmente no interior.

"Precisamos aprofundar o debate, chamar a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] para esse debate, chamar o Procon do Estado de Mato Grosso e os Procons municipais, fazer investigação profunda dos dados e principalmente dos investimentos feitos pelas empresas de telefonia no Estado, porque precisamos democratizar para Mato Grosso continuar crescendo, não basta de estrada, não basta produção, precisamos também de comunicação", destacou.

Os membros da CPI têm 180 dias para apresentar o relatório com o resultado das investigações, o prazo pode ser prorrogado pelo mesmo período.



Autor do pedido de CPI, Diego Guimarães irá presidir as investigações

FEDERAÇÃO

Fábio Garcia defende 'casamento' do União com o PP

Gilberto Leite



Garcia comentou que não foi convidado para participar das discussões sobre a federação com o PP

Da redação

O presidente do União Brasil em Mato Grosso, deputado federal Fábio Garcia, disse que as tratativas de uma possível federação com o PP seguem avançadas, mas lamentou que as discussões sobre o assunto estejam apenas concentradas nas lideranças das siglas.

Garcia comentou que não foi convidado para participar das discussões, no entanto, se mostrou favorável à ideia. Ele destacou que a federação é o caminho para uma fusão e, com isso, diminuir o número de partidos que há no país.

"Acho que faltou diálogo, concordo com o Júlio [Campos, deputado estadual], que tenha faltado diálogo nessa

construção, mas isso não quer dizer que eu seja contra a federação porque eu acredito que trilha no caminho correto, como eu disse, que é diminuir o número de partidos no Brasil", disse em entrevista à imprensa na segunda-feira, 6 de março.

Sobre o processo de "casamento", o deputado comentou que ainda não foi sacramentado faltando algumas minúcias que precisam ser resolvidas, principalmente nas regiões onde as siglas têm divergências.

"Faltam a serem resolvidos com relação a essa questão, principalmente em alguns estados onde esse tema é um pouco mais complexo. Portanto, se trabalha para uma federa-

ção que é um início de um namoro para casamento, assim eu vejo", defendeu.

Para o político, as federações oportunizam discussões futuras acerca das fusões.

"Como aconteceu com o DEM e o PSL, que foi uma fusão se tornando o partido o União Brasil, essa federação entre o União Brasil com o PP também caminha nessa direção para que a gente possa estar 4 anos juntos e, no fim desses 4 anos, se esses partidos ideologicamente estiverem de fato demonstrado o mesmo alinhamento, se tornarem um único partido para que a gente possa continuar trabalhando e reduzindo o número de partidos no Brasil", defendeu.

As conversas entre os partidos seguem avançadas e vêm sendo articuladas desde o início do ano. O União e o PP são uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados. Caso haja o casamento, as siglas terão 108 parlamentares e se tornarão a maior bancada, ultrapassando o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, que hoje tem 99 deputados federais.

No estado, o casamento deve causar briga entre os "filhos" de ambos. Uma ala do PP está na base de sustentação do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), adversário político da principal liderança do União Brasil, o governador Mauro Mendes.

TOLERÂNCIA ZERO

Projeto que será encaminhado à Assembleia Legislativa irá aumentar valor das multas por desmatamento ilegal: “iremos atuar com mão de ferro”

Governo quer triplicar multas



Da redação

O governador Mauro Mendes (União) quer aumentar significativamente a multa para quem comete desmatamento ilegal em Mato Grosso, podendo até triplicar o valor da sanção. A ideia está em estudo na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e a previsão é que o projeto seja encaminhado à Assembleia Legislativa já nas próximas semanas.

Na terça-feira, 7 de março, o governo lançou uma operação visando coibir o crime ambiental, já se preparando para os próximos meses, quando começa o período de seca e, consequen-

temente, aumenta o número de queimadas.

De acordo com a Secretária de Estado de Meio Ambiente (Sema), a multa varia de acordo com o bioma onde ocorrer o crime. Atualmente, o valor inicial da multa por desmatamento ilegal é de R\$ 5 mil por hectare na região da Amazônia Legal. Esse valor ainda pode sofrer acréscimos conforme situações previstas em lei, como, por exemplo, o uso de fogo ou área localizada em Unidade de Conservação.

Mauro reforçou que o Estado não tolera quem pratica desmatamento ilegal e tem utilizado todo o aparato necessário para identificar, o mais rápido possível, os criminosos. Além disso, ele reafirmou que os desmatadores não terão vida fácil em Mato Grosso.

“Nós iremos atuar com mão de ferro. Eu solicitei à secretária Mauren [Lazzaretto, Meio Ambiente] que comece um estudo para que possamos ampliar,

de forma muito significativa, o valor da multa que é aplicado ao desmatamento ilegal. Nós esperamos chegar este estudo para que nós possamos encaminhar um projeto de lei à Assembleia Legislativa, para que essa multa possa dobrar ou até mesmo triplicar para aqueles que praticarem desmatamento ilegal”, destacou Mauro.

“É lamentável que alguma pessoa ainda acredite que praticar esse crime no Mato Grosso terá vida fácil, pois não terão”, ressaltou.

Mauro afirmou que as ações adotadas até o momento pelo governo já têm causado a redução do desmatamento ilegal em Mato Grosso, mas ainda é preciso avançar no combate a esse tipo de crime. Ele enfatizou ainda os prejuízos que o desmatamento causa ao agronegócio no comércio internacional, questão que deve ganhar ainda mais importância diante da nova legislação da União Europeia,



Mauro afirmou que os desmatadores não terão vida fácil em Mato Grosso e quer aumentar multas

que proíbe a importação de quaisquer produtos provenientes de áreas de desmatamento.

“O desmatamento ilegal caiu em Mato Grosso, quando nós iniciamos em 2019, 5% do

desmatamento feito era legal e 95% era ilegal, no ano passado, 36% do desmatamento foi legal, teve autorização, estava de acordo com a lei, então existe uma tendência de inversão dessa curva,

mas nossos esforços estão concentrados para reduzir o desmatamento ilegal porque essa atividade prejudica o nosso Estado e a nossa imagem no mercado internacional”, disse.



Botelho diz que já conversou com o governador sobre alterações na 'PEC dos Sertanejos' e recebeu 'carta branca'

EFEITO "CPI DO SERTANEJO"

AL vai reduzir 'teto' para eventos

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), comunicou ao governador Mauro Mendes (União) que os deputados vão alterar o valor estipulado no projeto de lei que cria limite para o uso de emendas parlamentares e de recursos do próprio governo na realização de eventos culturais e shows.

A proposta foi elaborada pelo governador no ano passado diante da polêmica sobre os gastos públicos com shows sertanejos. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) chegou a ser criada no Congresso Nacional para investigar os contratos firmados entre

as prefeituras e os artistas. Além disso, houve a repercussão do uso de emenda parlamentar, no valor de R\$ 450 mil, para realização de um reality show para influenciadores digitais em Várzea Grande.

O projeto do governo busca limitar o volume de recursos públicos gastos em shows e espetáculos culturais, estipulando um teto de R\$ 200 mil. Também fica proibido financiar reality shows e produções similares com qualquer valor.

No entanto, os prefeitos recorreram aos deputados estaduais para aumentar o teto estipulado pelo governo. Segundo os gestores, R\$ 200 mil é insuficiente para custear os eventos tradicionais.

Botelho disse que o governador não se opôs à modificação, apenas pediu que o valor teto para emenda seja o mesmo para recursos do governo.

“A única coisa que ele pediu é que a Assembleia chegue a um valor e que esse valor sirva também para o Executivo. Ele disse que quer que parameetrize para todos, para a Assembleia, para os deputados e para o Estado. Ele mandou um teto de R\$ 200 [mil], nós vamos alterar, eu comuniquei a ele que nós vamos fazer a alteração e ele disse que não tem problema”, comentou.

O vice-líder do governo, deputado Beto Dois a Um (PSB), será o interlocutor entre Legislativo e Executivo nas alterações

a serem feitas no projeto. A escolha se deu porque Beto era secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) até o início do ano passado, além de ter vasta experiência na área cultural.

TRAMITAÇÃO - O projeto foi protocolado na Assembleia em julho de 2022 e, após um mês em tramitação, foi encaminhado para Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Porém, não houve emissão de parecer.

Atualmente, a matéria está sob avaliação do Núcleo Econômico da Assembleia. O presidente do Parlamento disse que a ordem é dar celeridade para que o projeto seja votado no plenário até o final de março.

DADOS INCOMPLETOS

Stopa: é o próprio governo que trava as obras do BRT

Da redação

O vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), disse que o Governo do Estado não encaminhou todas as informações necessárias para que o Município autorize o início das obras do Ônibus de Transporte Rápido (BRT).

O secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira, protocolou uma representação no Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), para que apure possível omissão administrativa por parte da prefeitura devido à demora na análise dos documentos para retirar trilhos do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para começar o BRT.

Segundo Stopa, procuradores do Município se manifestaram no processo alegando falta

de documentos, que já foram supridos pelo Estado, mas, mesmo assim, ainda faltam informações importantes. Ele ressaltou que a Prefeitura não vai dar “cheque em branco” para que o Estado possa fazer o que quiser e da forma que quer.

“Não é uma questão de liberar obra, é de cumprir com todos os requisitos de ordem legal e que nós esperamos que o Governo do Estado faça. Embora eu tenha que ressaltar que é o maior crime que estão cometendo com a Baixada Cuiabana, jogando no lixo mais de R\$ 1 bilhão”, disse.

“Esta falha a entrega de documentos, eles não dizem onde vão ser as estações, não dizem como vai ser o pavimento, não dizem como vai ser a drenagem... há uma série, é como se

novamente quisessem um cheque em branco de Cuiabá, como aconteceu na Avenida Oito de Abril”, destacou.

Stopa ressaltou que o Município só irá liberar o início da obra após todas as documentações estarem 100% dentro dos parâmetros.

No mês passado, o conselheiro Sérgio Ricardo, do TCE, deu o prazo de 15 dias úteis para que o prefeito concluisse o estudo. A decisão monocrática será analisada pelos demais membros da Corte de Contas.

O Estado alertou que a demora altera o cronograma e pode encarecer o custo da obra. Na representação, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) nega omissão e alega que a implantação do modal impactará a cidade e precisa de tempo maior para análise.

VLT SEPULTADO

“Palpites podem ser dados, mas decisão está tomada”

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) acusou o consórcio responsável pela obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de adotar ‘medidas midiáticas’ para tentar inviabilizar a construção do Ônibus de Transporte Rápido (BRT). A afirmação foi feita após o Jornal Nacional veicular reportagem falando sobre o desmanche da estrutura já construída para o VLT, com falas de técnicos que são contrários à troca do modal.

“Palpites podem ser dados, mas a decisão já foi tomada, fundamentada em estudo técnico... blá blá blá... já falamos isso 200 vezes. Agora, é óbvio que a empresa e o consórcio, que tem que devolver através de uma ação judicial mais de R\$ 1 bilhão, vai contratar

um estúdio aqui, uma matéria acolá, uma tentativa... Estão esperando há muito tempo. A obra iniciou, está lá em Várzea Grande, está andando”, disse o governador.

A reportagem do Jornal Nacional destaca que o valor gasto até agora com o antigo modal, mais de R\$ 1 bilhão, está sendo descartado para construção da estrutura para o BRT.

O governo tenta na Justiça ser ressarcido pelo Consórcio VLT, no valor de R\$ 830 milhões, por danos materiais e coletivos. A ação também visa obrigar o consórcio a retirar os vagões de Várzea Grande e vendê-los, depositando em conta judicial os valores obtidos com a venda.

OBRAS TRAVADAS
O vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), disse que as

obras do BRT não começaram na capital devido à falta de informações necessárias para que o Município dê a autorização.

O Estado recorreu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) na tentativa de acelerar a análise da documentação. No entanto, Stopa comentou que ainda faltam detalhes a serem repassados e que a prefeitura não daria “cheque em branco” para obra sem projeto.

Sobre essa justificativa dada pelo vice-prefeito, o governador preferiu não comentar.

A novela do VLT se estende desde 2014, quando o modal deveria ter sido entregue para a Copa do Mundo. O projeto já consumiu mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos e foi alvo de operações policiais.

VACAS GORDAS

Estimulados pela queda nos preços e o pagamento dos salários, consumidores vão às compras nos açougues da capital; empresário vê alta de 30%

Venda de carnes aumenta em Cuiabá



Da redação

Consumidores cuiabanos continuaram a ver queda nos preços da carne bovina nos açougues de Cuiabá. Já os comerciantes estão registrando aumento nas vendas, resultado da carne barata e também início do mês, quando os trabalhadores recebem seus salários. Alguns cortes de carne registraram quedas de até 20%, conforme levantamento.

O proprietário da Casa de Carnes Tutano, Pedro Perez, disse que sentiu um aumento de 30% nas vendas da proteína animal no começo desse mês.

Já os preços do frigorífico para o açougue estão praticamente estáveis. A queda nos preços é resultado do excesso de oferta no mercado interno, devido a dois fatores principais: a virada do ciclo da pecuária,



Preços da carne bovina caíram devido ao aumento na oferta de proteína no mercado interno

com o aumento do descarte de fêmeas pelos produtores; e também o embargo da China à carne brasileira, devido a um caso atípico do mal da vaca louca.

As baixas têm surpreendido os clientes, como o consumidor Aquiles Amorim, que precisou ir pessoalmente a um açougue para “comprovar” a reportagem do Estadão Mato Grosso, publicada na última se-

mana. No final de semana, Aquiles comprou um contrafile por R\$ 33,90 o quilo.

“Achei que era brincadeira. Fomos lá e estava a R\$ 33,90. Eu tinha procurado o preço em outro açougue onde eu compro, mas estava em R\$ 39. Ai eu falei: vamos lá ver essa carne então”, conta Aquiles, que aproveitou a oportunidade para comprar 4 kg do contrafile.

A queda nos preços também está ocorrendo para os produtores. De acordo com informações do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o preço da arroba do boi gordo apresentou queda de 2,58% na comparação da semana que encerrou no dia 3 de março com a semana imediatamente anterior. Atualmente, o preço da arroba está em torno de R\$ 235.

Além disso, Mato Grosso registrou em fevereiro de 2023 a maior escala de abate da história para o mês, com os animais esperando em média 10,6 dias para serem abatidos. Isso indica que há muitos animais disponíveis para o abate no estado e que os frigoríficos estão reduzindo os abates, aguardando o fim do embargo chinês, o que pode acontecer em breve.

Na noite de terça-feira (7), representantes do Mapa se reuniram com autoridades sanitárias chinesas para tentar levantar o embargo. Membros do governo trabalham com a hipótese de já retomar as exportações na quinta-feira, se houver um entendimento com os chineses.

O caso de vaca louca atípica foi registrado no dia 23 de fevereiro e, no último domingo (5), o Mapa enviou um relatório à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), comprovando que se trata de um caso atípico. A própria OIE já trata o assunto como um caso resolvido. Ou seja, a volta das exportações para a China depende exclusivamente da decisão do gigante asiático.

“Este é o sexto caso de EEB atípica tipo H registrado no Brasil em mais de 25 anos de vigilância da doença. O Brasil nunca diagnosticou um caso clássico de EEB, mantendo, desde 2012, o reconhecimento oficial pela WOAHL como país de risco insignificante para a doença. A investigação foi concluída”, disse a entidade.

RISCO DE QUEIMADAS

Ministra decreta estado de emergência ambiental em MT

Da redação

A ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Marina Silva, declarou estado de emergência ambiental em Mato Grosso e outros estados brasileiros, devido ao risco de queimadas. O estado de emergência em Mato Grosso entra em vigor em abril deste ano e se estenderá até novembro de 2023.

A medida tem como fundamento o art. 2º, inciso IX, da lei 8.745/1993, que es-

tabelece necessidade temporária de excepcional interesse público o “combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministério de Estado do Meio Ambiente, de existência de emergência na região específica”.

A decisão da ministra também alcança o Acre, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Tocantins e São Paulo, cuja emergência será entre abril e novembro.

Outros estados ou regiões específicas possuem prazos diferentes. Vizinhança de Mato Grosso, por exemplo, o Mato Grosso do Sul terá emergência ambiental entre maio e dezembro.

Outras regiões também entram no mesmo prazo, como o Centro Amazonense, Norte Amazonense, Centro Maranhense, Leste Maranhense, Norte Maranhense e Sul Maranhense. A região da Zona da Mata, em Minas Gerais, também se encaixa nes-

se mesmo prazo, assim como todas as mesorregiões do Estado do Pará, do Piauí e Paraná.

Já o Estado do Amapá, mesorregiões Centro Norte Baiano, Centro Sul Baiano, Mesorregião do Oeste Maranhense, Nordeste Paraense e as mesorregiões São Francisco Pernambucano e Sertão Pernambucano estarão em emergência entre junho deste ano até janeiro de 2024.

Já a mesorregião do Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana e

Metropolitana de Recife estarão em emergência entre julho de 2023 a fevereiro de 2024.

No estado de Roraima e nas mesorregiões Metropolitana de Salvador (Bahia), Nordeste e Sul Baiano, o prazo para emergência ambiental será entre setembro de 2023 a abril de 2024.

Ao tomar a decisão, a ministra se embasou em três processos, sendo dois no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e outro no pró-

prio Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Os processos tratam de informações sobre a situação ambiental e riscos de incêndios, além de avaliação de riscos e impactos de queimadas, além da possível transferência de recursos do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC) para estados e municípios com o objetivo de implementar ações de prevenção e combate a incêndios florestais e aprimorar a gestão ambiental no país.

PRIVATIZAÇÃO

Empresa poderá cobrar R\$ 100 no ingresso pro Parque de Chapada

Gabriel Soares

Vencedora do leilão de concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, a empresa Parques Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura poderá cobrar até R\$ 100 por turista que quiser acessar os atrativos turísticos. O valor poderá ser cobrado até de crianças, a partir de 7 anos. A informação consta na minuta do contrato de concessão, disponível no site do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

O contrato prevê que a cobrança de ingresso terá aumentos graduais. Nos primeiros doze meses, o valor máximo do ingresso por pessoa será de R\$ 30. O preço sobre para R\$ 35 no segundo ano, para R\$ 45 no ter-

ceiro ano, chegando a R\$ 50 no quarto ano.

A partir do 4º mês, quando se inicia o quinto ano de concessão, o valor do ingresso poderá chegar a R\$ 100.

O contrato ainda estipula que os moradores de Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Várzea Grande terão desconto no valor do ingresso. Para os moradores dessas cidades, o ingresso custará no máximo 25% do valor para turistas.

ISENÇÕES - O contrato estabelece que estão isentos da cobrança de entrada as crianças de 6 anos ou menos, estudantes e professores que estejam desenvolvendo atividades de cunho ambiental, pesquisadores autorizados pelo governo federal, servidores e agentes da segurança pública que estejam

cumprindo sua função, guias de turismo que estejam exercendo atividade profissional e condutores de visitantes.

Os donos de imóveis privados que estejam dentro da área de concessão também ficarão livres do pagamento de ingresso. Além disso, até 75 entradas podem ser disponibilizadas todos os meses para as prefeituras de Chapada, Cuiabá e Várzea Grande, para fins de divulgação do Parque Nacional.

CONCESSÃO CONTESTADA - O governo do Estado tenta reverter o leilão que concedeu o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, tanto na esfera judicial quanto na política. O motivo para contestar a concessão é o valor proposto pela empresa vencedora para in-



O contrato prevê que a cobrança de ingresso terá aumentos graduais

vestimentos no parque, de R\$ 18,5 milhões em 30 anos. O governador Mauro Mendes (União) considera esse valor irrisório.

Na última semana, o Tribunal Regional Federal (TRF-1) julgou um recurso do governo con-

tra a decisão do comitê de licitação que desclassificou a MT-Par no processo de concessão. O desembargador Daniel Paes Ribeiro considerou que não cabe a ele, como magistrado, “divergir da conclusão da autoridade administrativa”.

No recurso, o governo tentava reverter o despacho administrativo que rejeitou a ‘Garantia da Proposta’ apresentada pela MT-Par. Sem essa garantia, a estatal foi considerada inapta para participar do processo de licitação.

PRODUÇÃO EM QUEDA

Produção vem diminuindo ao longo do tempo, com as lavouras de arroz cedendo lugar para os milharais devido à perda de rentabilidade

Preço do arroz deve subir em 2023

Wenderson Araujo/Trilux via CNA

**Da redação**

A produção de arroz deve cair 8,4% em 2023, o que traz potencial para aumentar preços pagos aos produtores e também nas gôndolas dos supermercados. A informação consta no boletim de safra elaborado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado na última quinta-feira (9).

A produção para esta safra está estimada em 9,9 milhões de toneladas (t). Já a produção em 2022 foi de 10,7 milhões de toneladas do cereal.

Na comparação com anos anteriores, é possível notar que a produção de arroz vem diminuindo ao longo do tempo, com as lavouras de arroz cedendo lugar para os milharais. Em 2017, por exemplo, a produção de arroz foi de 12,3 milhões

de t. Sendo assim, houve uma queda de 20% na produção desde 2017.

“Esse resultado é reflexo principalmente da estimativa de significativa redução de área em meio à reduzida rentabilidade projetada para o setor, com a menor atratividade financeira do setor orizícola em relação às culturas concorrentes por área, como a soja e o milho”, afirma o boletim da Conab.

Já o consumo deve ficar acima da produção, alcançando 10,5 milhões de toneladas. Apesar disso, os cálculos apontam que o suprimento deve atender a demanda, em razão de um estoque de 2 milhões de t, além da produção de 9,8 milhões e da importação de arroz, que deve alcançar 1,3 milhão de toneladas. Além disso, o Brasil deve exportar 1 milhão de t. Ao final do ano, os estoques devem ficar em 1,7 milhão de toneladas.

Ainda de acordo com a Conab, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte são os estados com mais dificuldades na safra.

O Rio Grande do Sul, maior produtor do ce-

real, é o estado que está com a situação mais crítica. Em algumas regiões, como na Fronteira Oeste e na Campanha Gaúcha, as áreas foram afetadas pela falta de chuva e temperaturas “limitantes”. Porém, em áreas onde não faltaram água para irrigação, há boas perspectivas de safra.

Já no Rio Grande do Norte, há uma redução da área de plantio devido aos baixos preços e elevados custos de produção. Em Sergipe, mesmo com condições climáticas favoráveis, a alta incidência de ervas daninhas nas lavouras, provocada pela falta de vazão sanitário, resultará em perdas expressivas de produtividade.

No Pará, o arroz de sequeiro da agricultura familiar apresenta condições razoáveis e começa a ser colhido, enquanto o irrigado está com a safra encerrada e o produto já está em comercialização. Porém, houve uma redução de área plantada devido aos preços no mercado e custos de produção elevados.

No Maranhão, a cultura de sequeiro, cul-



Preço baixo e custo elevado tem feito produtores trocarem plantações de arroz pelos milharais

tivada em sua maioria pelos produtores da agricultura familiar, apresentou redução de 7% em relação à safra anterior, devido principalmente à diminuição do fornecimento de sementes.

MATO GROSSO - Já Mato Grosso apresenta

boas perspectivas para a cultura do arroz, com um índice pluviométrico favorável para o desenvolvimento das lavouras. A maior parte das áreas está em fase vegetativa, havendo também áreas em maturação, quase prontas para a colheita. De acor-

do com a Conab, Mato Grosso deve produzir 268 mil toneladas, 19% a menos que na safra anterior, quando a produção chegou em 332 mil de toneladas. A queda de produção em Mato Grosso também ocorre em razão da redução da área plantada.

SEM VARIAÇÃO

Indicador da cesta básica se mantém estável

Da redação

O levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT) mostrou uma variação nominal de 1 centavo na segunda semana de março sobre a semana anterior. O valor reflete uma estabilidade no percentual sobre a primeira semana do mês, de 0,00%.

Segundo análise do IPF-MT, a menor volatilidade fornece condições de consumo mais favoráveis e permite que a população possa manejar melhor os gastos com a alimentação.

O superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, destaca que as principais variações nos preços ocorrerem em cima de itens como o café, o tomate e a batata, que sofrem

forte influência do fator climático.

“Nas últimas semanas, a cesta tem sua variação muito ligada a itens que possuem incidência direta do clima, como a batata e o tomate, assim como itens de consumo mais dinâmico, que tem seus preços ajustados mais rapidamente”.

O tomate, por exemplo, que apresentou variação positiva de 2,84%

sobre a semana anterior – registrando a terceira alta consecutiva –, pode ter relação com a desaceleração nas colheitas de verão e os plantios tardios, impactando na oferta e, consequentemente, nos preços do item.

Já a batata, que registrou recuo de -2,44%, teve o fator climático como ponto positivo, aumentando, assim, a oferta do item em algumas regiões produtoras,

diante de uma maior colheita da safra atual e, consequentemente, demonstrando queda em seu preço médio.

Outro item em queda é o café em pó, de -3,94%, o que pode estar relacionado à diminuição da exportação brasileira de café em fevereiro, aumentando a disponibilidade do produto no mercado interno.

“Há um cenário positivo para a cesta bá-

sica, já que demonstrou equilíbrio após os crescimentos no início de 2023. Mesmo que o indicador tenha atingido um patamar mais alto que o averiguado em setembro de 2022, quando ainda não havia ultrapassado os R\$ 700,00, essa estabilização pode significar um menor impacto em possíveis crescimentos”, acrescentou Igor Cunha.

EM DEBATE

Reforma tributária terá ‘cashback’ para pobres

Wellton Máximo/ABR

Prevista nas duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso, a instituição de um sistema de cashback (devolução) de impostos para os mais pobres deve ser regulamentada por lei complementar. A afirmação é do secretário especial do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, que participou na quarta-feira (8) de audiência do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre o tema.

Ele defendeu que o cashback seja instituído por proposta de emenda à Constituição (PEC), mas que o detalhamento seja feito posteriormente, por meio de lei complementar.

ciais do Governo Federal (CadÚnico).

Para o secretário, o modelo de cashback é eficiente na redistribuição de renda porque beneficia diretamente os mais pobres, enquanto o sistema atual de desoneração da cesta básica beneficia tanto contribuintes pobres quanto ricos. A decisão sobre como a devolução de recursos ocorreria, disse Appy, cabe aos políticos.

“[O cashback] tem que ser decidido politicamente pelo Parlamento, para quem você vai devolver o imposto. O Parlamento é quem vai calibrar. Pode decidir devolver para 30% ou para 70% da população. Isso depende de vocês [congressistas]”, declarou o secretário na audiência.

DIVERGÊNCIAS - A definição do cashback por regulamentação provocou divergências entre os deputados. Relator da reforma tributária na Câmara, Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB) disse que o tema ainda não está definido e que,

no momento, não é possível adiantar detalhes de como funcionaria o cashback para os mais pobres nem sobre a faixa que receberá a ajuda. “Quem será beneficiado é algo que será discutido profundamente por esse grupo”, afirmou.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP), no entanto, defendeu que a PEC detalhe a devolução de recursos, em vez de apenas aprovar o princípio geral da ideia. “Não dá para deixar a regulamentação para uma lei complementar. Regulamentação de lei no Congresso Nacional às vezes leva anos e está sujeita a grupos de pressão”, justificou.

EXPERIÊNCIAS - Appy também apresentou sugestões sobre como ocorreria essa devolução. Segundo ele, o cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal, com o valor da compra e a inscrição no Cadastro Único sendo cruzados para autorizar a devolução.

O secretário citou o exemplo do Rio Grande do Sul, que implementou um sistema de devo-

lução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2021 a famílias inscritas

no Cadastro Único com renda de até três salários mínimos, por meio de um cartão de crédito.

INVESTIMENTOS

Presidente da Aprosoja elenca prioridades do agronegócio mato-grossense e pede que Fávoro não se deixe levar por 'armadilhas ideológicas'

Agro quer apoio para armazenagem



produção de soja e milho. A produção de grãos em Mato Grosso gira em torno de 84 milhões de toneladas, mas a capacidade de armazenagem é de apenas 44 milhões de toneladas.

Essa capacidade é muito inferior à recomendação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que sugere uma capacidade de 120% da produção anual de grãos. Para solucionar o problema, segundo Cadore, é preciso que o Mapa crie políticas de crédito para que o investimento seja pago ao longo do tempo.

"Você não paga um armazém em um ano, ele precisa ser pago ao longo do tempo. E, por [Fávoro] ser conhecedor da infraestrutura, [esperamos] a troca de informações da Agricultura com o Ministério da Infraestrutura e que não cometa o erro de cair nas armadilhas ambientais, nas falácias e ideologias internacionais", disse Fernando.

Cadore também cobrou um olhar voltado para a malha ferroviária brasileira, especialmente a de Mato Grosso. Ele ainda fez uma comparação da malha ferroviária de Mato Grosso com a França e Alemanha. Apesar de Mato Grosso ter praticamente o mesmo tamanho do território dos dois países euro-



Fernando Cadore teme que o próprio governo federal faça propaganda negativa contra o agronegócio

peus, tem menos de 300 km de trilhos, contra 70 mil km de trilhos na Alemanha e França.

Mesmo assim, com os portos situados a 2 mil km dos portos mais próximos, o agronegócio mato-grossense incomoda os europeus, que estão concluindo uma norma para vedar a importação de produtos vindos de áreas de desmatamento, seja legal ou ilegal. De acordo com o Parlamento Europeu, a norma está aguardando a posição dos parlamentares em 1ª leitura.

De acordo com o Global Carbon Atlas de 2021, o Brasil é o 12º país que mais emite CO2. O ranking dos 20 países mais poluentes tem como protagonistas: China, Estados Unidos da América, Índia, Rússia, Japão, Irã, Alemanha, Arábia Saudita, Indonésia, Coreia do Sul, Canadá, Brasil, Turquia, África do Sul, México, Austrália, Reino Unido, Itália, Polônia e Vietnã.

O presidente da Aprosoja aponta certa demagogia desses países. Os Estados Uni-

dos, por exemplo, possuem menos de 20% de sua área preservada, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, sigla em inglês). Três vezes menos do que as áreas preservadas no Brasil, que somam mais de 60% do território nacional.

Além disso, países da União Europeia não titubaram em derrubar florestas para produzir carvão em meio à crise energética causada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Em 2022, di-

versos países europeus se viram sem o gás russo e precisaram recorrer a fontes de energia consideradas sujas, como o carvão e até mesmo a energia nuclear, que passou a ser considerada uma 'fonte limpa'.

A Alemanha, por exemplo, tem apenas 32% de sua área total preservada, de acordo com o "Relatório Nacional para Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica" do ano de 2019, elaborado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha.

De acordo com Cadore, essa visão distorcida que o mundo tem do Brasil é também uma falha dos produtores, que por muito tempo ignoraram as críticas e focaram apenas em olhar da 'porteira para dentro'. Com isso, abriu-se muito espaço para distorções e desinformação.

"Nós mesmos acabamos prejudicando o nosso país. Isso é uma luta desigual, porque imagine o poder de comunicação que a gente tem e, quando a gente se depara com uma pessoa que tem milhões de seguidores, o que é um produtor falando? O que representa um presidente de entidade falando? Seria um grão de areia no deserto", conclui.

DE VOCÊ
PARA
O MUNDO

Mês da Mulher



3401528520846
ATODERM
ÓLEO DE BANHO 1L
DE 237,49
POR **149,99**



703387008408
LOOD PANTERA
DEO COLÔNIA 75ML
DE 249,88
POR **165,99**



7891010248130
NEOSTRATA MINESOL
CORPO/ROSTO A-OXI
FPS 99 200ML
DE 154,98
POR **99,99**

Unimed
Cuiabá